



# Aquamaior – Águas do Campo Maior, S.A.

## Relatório e Contas 2025



## ÍNDICE

1. RELATÓRIO DE GESTÃO .....	3
2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	15
3. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....	20
4. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS.....	46

Senhores Acionistas,

Em cumprimento do disposto na Lei e nos Estatutos da Aquamaior - Águas de Campo Maior, S.A., submetemos à apreciação da Assembleia Geral, o presente Relatório de Gestão, Balanço, Demonstração de Resultados, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração das Alterações no Capital e respetivos anexos, referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2025.



# 1. RELATÓRIO DE GESTÃO

## ATIVIDADE DA EMPRESA

A Aquamaior - Águas de Campo Maior, S.A., é a empresa concessionária da Exploração e Gestão dos Sistemas de Distribuição de Água para Consumo Público e Recolha de Efluentes do Concelho de Campo Maior, por contrato celebrado a 29 de outubro de 2007, com o Município de Campo Maior, e por um período de 30 anos.



A Concessão tem por objeto a exploração e gestão conjunta dos serviços públicos municipais de distribuição de água para consumo público e de recolha de efluentes do município de Campo Maior, incluindo a construção, extensão, reparação, renovação, manutenção e melhoria de todas as instalações, infraestruturas e equipamentos previstos no plano de investimentos dos sistemas concessionados.

### Eventos Relevantes

Não ocorreram no período em análise acontecimentos que justifiquem a sua divulgação.

## INVESTIMENTO

O Plano de Investimentos da Concessionária, para todo o período de Concessão, atinge cerca de 4 milhões de Euros, a preços correntes.

Além do mencionado Plano de Investimentos, a Aquamaior irá realizar, durante o período de vida da concessão, outros investimentos associados ao seu funcionamento corrente, no valor de mais de 6,5 milhões de Euros.

### Rubricas do Plano de Investimentos Executadas

As rubricas do Plano de Investimentos executadas no final do ano de 2025 são:

- Instalação de um Sistema de Telegestão;
- Acondicionamento dos depósitos de água potável;
- Acondicionamento das instalações de água potável;
- Acondicionamento e melhoria das bombagens de água potável;
- Acondicionamento das instalações dos poços;

- Cartografia digitalizada das redes de abastecimento e saneamento e implementação de um sistema SIG;
- Sectorização da rede de abastecimento para deteção e controlo de fugas;
- Projeto de nova conduta adutora desde a zona industrial de Campo Maior até Ouguela (executado parcialmente);
- Plano diretor sobre as infraestruturas de abastecimento e saneamento de Campo Maior;
- Renovação da Rede de Abastecimento de Degolados;
- Nova Conduta adutora desde o reservatório do Zebro até aos depósitos Gêmeos;
- Adução ao Bairro da Misericórdia;
- Abastecimento de água da Meia Légua;
- Rede de Abastecimento de Água na Zona de São Pedro, CM 1113;
- Renovação de 100% do Parque de Contadores.

#### Plano de Investimentos Executado

Em detalhe, o investimento acumulado em infraestruturas, realizado pela Aquamaior até ao final de dezembro de 2025 é o seguinte:

		2025
<b>Plano de Investimentos</b>	Instalação de um Sistema de Telegestão	178 500,00
	Acondicionamento dos Depósitos de Água Potável	8 925,00
	Acondicionamento das Instalações Água Potável	59 500,00
	Acondicionamento e Melhoria das Bombagens de Água potável	4 760,00
	Acondicionamento das Instalações dos Poços	14 875,00
	Renovação de 100% do Parque de Contadores	220 036,00
	Cartografia Digitalizada das Redes de Abastecimento e Saneamento e Implementação de um Sistema SIG	71 400,00
	Sectorização da Rede de Abastecimento para o Controlo e Deteção de Fugas	35 700,00
	Projeto de nova conduta desde a Zona Industrial de Campo Maior até Ouguela	35 700,00
	Fornecimento e instalação da conduta Zona Industrial Campo Maior-Ouguela	65 013,99
	Plano Diretor sobre as infraestruturas de abastecimento e saneamento de Campo Maior	17 850,00
	Renovação da Rede de Abastecimento de Degolados	1 244 409,40
	<b>Sub-total</b>	<b>1 956 669,39</b>
<b>Outras Atuações Projetadas no Plano de Investimentos</b>	Nova conduta desde o reservatório do Zebro até à zona dos depósitos Gêmeos	1 147 425,00
	Construção de reservatório no Zebro de 1.500 m³	20 457,28
	Rede de Abastecimento de Água na Zona de São Pedro, CM 1113, Campo Maior	94 828,26
	Adução ao Bairro da Misericórdia	51 632,66
	Abastecimento de Água da Meia Légua	90 807,91
<b>Sub-total</b>	<b>1 405 151,11</b>	
<b>Total</b>	<b>3 361 820,50</b>	

#### Melhorias Fora do Plano de Investimentos

O detalhe relativo às melhorias não mencionadas no Plano de Investimentos e realizadas durante o ano de 2025 é o seguinte:

### *Desratização e desbaratização*

Durante o ano de 2025 foram realizadas 5 intervenções de desbaratização e desratização no concelho de Campo Maior, ou seja, na vila de Campo Maior, Freguesia de Degolados e na povoação de Ouguela. O procedimento foi realizado pela Interprev (empresa especializada no controlo de pragas).

### *Intervenções na rede de abastecimento*

Em 2025, para além dos trabalhos de manutenção da rede de abastecimento, foram executadas várias reparações e melhoramentos da rede, entre os quais se podem destacar os seguintes:

- Implantação de caixas de visita na rede de drenagem de água residuais visando um melhoramento na operacionalidade;
- Reparação de várias hastes e cabeças móveis de válvulas de seccionamento;
- Substituição dos contadores de grandes consumidores;
- Reforço e substituição de ramais em várias habitações com falta de pressão e/ou caudal;
- Mudança do local de instalação de contadores para as fachadas dos edifícios;
- Desobstrução de troços de coletores da rede de drenagem de águas residuais;
- Desentupimento de caixas de saneamento de muitos consumidores;
- Reparação e substituição de aros, tampas e estruturas de caixas de visita da rede de drenagem de águas residuais.

## ASPETOS TÉCNICOS

### Qualidade da Água Distribuída



A qualidade da água distribuída pela Aquamaior, aos utilizadores do concelho de Campo Maior é verificada através de recolhas efetuadas periodicamente nos pontos de amostragem. As amostras foram analisadas por um laboratório externo, segundo calendarização do programa de controlo da qualidade da água (PCQA) para 2025.

No ano de 2025 não ocorreram incumprimentos, tendo o cumprimento da legislação sido de 100% em 244 parâmetros analisados.

**Volumes de água comprada**

No ano 2025, o volume de água comprada (faturada pela AdVT no período natural) diminuiu em cerca de 1% em relação a 2024 (486.683m<sup>3</sup> em 2025, contra 489.906m<sup>3</sup> em 2024).

**Volume faturado por tipo de utilizador**

O volume de água faturado em 2025 aumentou em cerca de 6% quando comparado com o ano anterior de 2024 (420.664m<sup>3</sup> em 2025 contra 397.25m<sup>3</sup> em 2024)

O volume faturado no ano 2025, comparativamente ao ano de 2024, registou uma subida de 9,85% relativamente aos utilizadores não-domésticos, tendo-se mantido praticamente inalterado em relação aos domésticos

Relativamente aos utilizadores do tipo IPSS, registou-se uma subida de 26,16%, já nos volumes faturados municipais registou-se uma subida de 31,92%. No ano transato tinha-se registado uma descida de cerca de 25% nos consumos Municipais, pelo que se considera uma recuperação normal este ano



**Interrupções de fornecimento de água planeadas e não planeadas**

No âmbito da operacionalidade no ano de 2025 ocorreram 8 interrupções no fornecimento de água, sendo 2 em reparações de ramais de ligações e 6 em condutas de abastecimento de água, todas não planeadas

**Instalação de contadores**

No ano de 2025 foram substituídos 119 contadores. O número de renovação de contadores por antiguidade continua abaixo do objetivo, que ronda os 450 por ano, devido a constrangimentos pontuais no funcionamento do serviço

**Construção de rede de água**

No decorrer do ano de 2025 não foi realizada construção significativa de novas redes de água.

**Instalação de ramais domiciliários de água**

Em 2025 foram construídos 20 novos ramais de água, entre renovações por antiguidade, devido a falta e pressão e alterações de ramais a pedido dos clientes.

### Intervenções na rede de água potável

O número total de intervenções de reparação de roturas na rede de abastecimento em 2025 foi de 59, um ligeiro decréscimo relativamente ao ano de 2024 que foram 66 intervenções.

### Intervenções na rede de saneamento de águas residuais

Durante o ano de 2025 foram construídos 4 ramais de saneamento entre alterações de ramais a pedido dos clientes e renovação de ramais que se encontravam danificados.

O número total de intervenções realizadas na rede de saneamento em 2025 foi de 45, incluindo as intervenções de reparação de caixas de visita que foram de 11

Além das intervenções para resolver anomalias no sistema, realizaram-se operações de limpeza e manutenção das quais resultou a limpeza de 2.700 metros da rede de saneamento.

### Consumos energéticos e de reagentes

Durante o ano de 2025 foram consumidos um total de 47.124 kWh em todas as instalações de água potável, suponto uma redução de 14 % em relação ao ano de 2024, em que o consumo energético foi de 54.828 kWh.

Instalação	Consumos Elétrico (Kwh/ano)
Estação Elevatória dos Gémeos e Hidroressora	36.463
Estação Elevatória de Degolados	9.975
Estação Elevatória de Ouguela	686
<b>Total anual</b>	<b>47.124</b>

Durante o ano de 2025 foram consumidos 1.940 kg de hipoclorito de sódio nos pontos de rechloragem existentes da rede de abastecimento.

## SISTEMA DE GESTÃO DE QUALIDADE, AMBIENTE E SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO



A Aquamaior tem implementado o Sistema de Gestão da Qualidade e Ambiente, que está certificado de acordo com a norma ISO 9001 e norma ISO 14001, respetivamente, bem como o Sistema de Gestão de Segurança e Saúde no Trabalho, pela norma ISO 45001.

A promoção e prevenção da segurança e saúde no trabalho é considerada um ponto fulcral no desenvolvimento das atividades diárias.

A avaliação e prevenção de riscos, associados a cada atividade desenvolvida, é efetuada com uma periodicidade anual e sempre que se verificar qualquer alteração nas condições existentes.

### OBJETIVO ESTRATÉGICO/MISSÃO

A Aquamaior assumiu, como seu objetivo fundamental, a satisfação das necessidades de distribuição de água e de recolha de águas residuais da população do Município de Campo Maior, num quadro realista de sustentabilidade económica, financeira, técnica, social e ambiental.

Com a capacidade e o *know-how* do seu acionista, a Aquamaior apresentou e mantém até hoje, um projeto baseado em dois pilares fundamentais:

- Máxima Qualidade do Serviço Prestado através da utilização de tecnologia de ponta a par com uma estrutura de pessoal altamente qualificado;
- Excelência na assistência ao utilizador (Cliente).

A Aquamaior tem por missão a exploração e a gestão dos serviços públicos municipais de distribuição de água para consumo público e de recolha de efluentes do Município de Campo Maior, incluindo a construção, extensão, reparação, renovação, manutenção e melhoria de todas as instalações, infraestruturas e equipamentos previstos no plano de investimentos dos sistemas concessionados.

## RECURSOS HUMANOS

A política de gestão de recursos humanos da Aquamaior é definida em relação direta com a estratégia do grupo FCC, no sentido de garantir a existência de um conjunto de procedimentos e ferramentas que contribuam diretamente para a melhoria dos processos de gestão e que permitam alcançar os objetivos do sistema de gestão da qualidade, segurança, ambiente e responsabilidade aos quais nos propusemos, assegurando o envolvimento de todos os colaboradores.



Neste sentido, a Aquamaior procura conciliar o interesse e os objetivos de cada colaborador com os da empresa, definindo princípios de melhoria contínua, investindo na formação, na motivação, bem como nas condições de trabalho e segurança.

O número médio de pessoas ao serviço da empresa foi no período findo em 2025 e 2024 foi de 8 pessoas e 7 pessoas, respetivamente.

## ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

A evolução da situação económica da Aquamaior espelha, entre outras, a realidade de uma empresa com uma gestão orientada para o equilíbrio da exploração, a médio prazo, de um serviço de cariz público essencial, que procura níveis de atendimento e padrões de qualidade elevados, adotando uma política tarifária que vise promover no médio prazo o equilíbrio económico-financeiro sustentável da empresa. A análise económica e financeira que a seguir se apresenta procura resumir os resultados e a situação financeira e patrimonial, alcançados pela Aquamaior no ano de 2025, devendo ser lida em conjugação com as demonstrações financeiras do período e as respetivas notas.

### Volume de Negócios

O volume de negócios atingiu no final do período em análise, cerca de 1,403 milhões de Euros, em linha com o estimado no plano estratégico elaborado para o mesmo período. Comparando o período atual com o anterior, regista-se um aumento na rubrica de Vendas e Serviços Prestados (1,331 milhões de Euros em 2024 para 1,403 milhões de Euros em 2025). A rubrica de rendimentos originados pela aplicação da NCRF 19 não contribuiu para o volume de negócios do período e do ano anterior por ter sido nula.

### Gastos e Perdas

O total dos gastos da Aquamaior foi em 2025 de 1,450 milhões de Euros o qual, comparado com o período anterior, que foi de 1,499 milhões de Euros, representa uma diminuição de cerca de 3%. Este valor excluiu o impacto do imposto do período.

A rubrica de custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas (CMVMC), na qual se inclui, a compra de água referente ao período em análise, registou 323 mil Euros, representando cerca de 22% do total dos gastos do período. Comparativamente com o período anterior a mesma rubrica registava 309 mil Euros, representando então cerca de 21% do total dos gastos do período. Em valor absoluto, a variação entre períodos da rubrica de custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas (CMVMC) foi superior em 5%.

A rubrica de fornecimentos e serviços externos registou 676 mil Euros, representando cerca de 47% do total dos gastos do período. Comparativamente com o período anterior a mesma registava 723 mil Euros, representando então cerca de 48% do total dos gastos do período. A variação entre períodos da rubrica de fornecimentos e serviços externo foi inferior em 6,5%.

Relativamente aos gastos com o pessoal registaram-se 166 mil Euros, representando cerca de 11% do total dos gastos do período. Comparativamente com o período anterior a mesma rubrica registava 157 mil Euros, representando então cerca de 11% do total dos gastos do período. A variação entre períodos da rubrica gastos com o pessoal foi superior em 5%.

Em 2025, o valor das imparidades de dívidas a receber registado pela Aquamaior foi de 39 mil Euros, este valor em 2024 tinha sido de 13 mil Euros.

A rubrica de outros gastos registou 24 mil Euros (2% do total dos gastos do período), tendo registado no período anterior 58 mil Euros (4% do total dos gastos do período).

O valor dos gastos com depreciações e de amortizações apresentou o montante de 153 mil Euros, para o período em análise, face a 151 mil Euros do período anterior, representando esta rubrica, relativamente ao total dos gastos 11% em 2025 e 10%, em 2024.

O valor da rubrica de juros e gastos similares suportados pela Aquamaior registou, no ano de 2025, 70 mil Euros (equivalente a 5% do total dos gastos do período), tendo no ano anterior registado o montante de 88 mil Euros (equivalente a 6% do total dos gastos do período).

### Rendimentos e Ganhos

O total dos rendimentos da Aquamaior foi em 2025 de 1,429 milhões de Euros, o qual comparado com o período anterior, que foi de 1,354 milhões de Euros, representa um aumento de cerca de 5%.

A rubrica de vendas e serviços prestados registou em 2025 o montante de 1,403 milhões de Euros, que comparado com o período anterior revela um aumento de cerca de 5% face ao valor de 1,331 milhões de Euros.

A rubrica de outros rendimentos registou, em 2025, o montante de 25 mil Euros. A mesma rubrica registava, em 2024, o valor de 23 mil Euros.

### Resultado Líquido do Período

O resultado líquido do período é de 46.056,42 Euros negativos. Em 2024, o mesmo apresentou um valor negativo de 118.293,33 Euros.

### Evolução dos Capitais Próprios

Os Capitais Próprios da Aquamaior mantêm-se positivos, apesar do resultado negativo apresentado nos períodos de 2025 e 2024.

Apesar dos desafios decorrentes da envolvente macroeconómica, claramente influenciados pelo aumento dos preços, a Aquamaior continua confiante na sua estratégia para enfrentar os mesmos, mantendo-se fiel ao seu compromisso de crescimento sustentável.

### Rentabilidade

O resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA) registado, foi de 201.267 Euros relativamente ao período em análise, apresentando um aumento em cerca de 113% comparativamente com o período anterior.

Relativamente ao resultado operacional antes de gastos de financiamento e impostos (EBIT), o mesmo apresenta, face ao ano anterior, um aumento, situando-se no final de 2025 em 48.330 Euros.

	Ano 2025	Ano 2024
Rentabilidade do ativo total	(1,87%)	(4,69%)
Rentabilidade dos capitais próprios	(22,23%)	(46,72%)
Rentabilidade das vendas	(3,28%)	(8,89%)
EBITDA	201 267	94 560
EBIT	48 330	(56 795)

### Estrutura Financeira

A análise da estrutura do Balanço, nos dois últimos anos, revela uma consistência nos valores das principais rubricas, ativo, capital próprio e passivo.

Em valores absolutos, os registos evidenciam que o ativo passou de 2,520 milhões de Euros em 2024 para 2,468 milhões de Euros em 2025.

Em termos desagregados, os capitais próprios diminuíram de 253 mil Euros em 2024 para 207 mil Euros em 2025, tendo o passivo diminuído de 2,266 milhões de Euros em 2024 para 2,261 milhões de Euros em 2025.

Ao nível dos principais indicadores financeiros, numa análise global dos mesmos, e conforme se pode comprovar pelo quadro abaixo, verificou-se em 2025, em termos percentuais, um ligeiro agravamento dos mesmos face ao ano de 2024:

	Ano 2025	Ano 2024
Capitais próprios	207 146	253 202
Passivo total	2 260 511	2 266 401
Passivo corrente	290 509	296 399
Ativo total	2 467 657	2 519 603
Autonomia financeira (Capitais próprios/Ativo total)	8,39%	10,05%
Solvabilidade (Capitais próprios/Passivo total)	9,16%	11,17%
Endividamento (Passivo total/Ativo total)	91,61%	89,95%
Estrutura do endividamento (Passivo corrente/Passivo total)	12,85%	13,08%

## PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

A Administração propõe que o resultado líquido do período, que ascendeu a 46.056,42 Euros negativos, seja dada a seguinte aplicação:

Para Resultados Transitados: -46.056,42 Euros

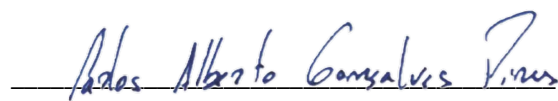
## AGRADECIMENTOS

O Conselho de Administração da Aquamaior aproveita a oportunidade para agradecer o empenho e a colaboração prestada por todos os Funcionários, Clientes, Fornecedores, Instituição Bancárias, e demais entidades que com a empresa se relacionaram.

Campo Maior, ao 27 de março de 2026

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

  
Artur António Baptista Vidal

  
Carlos Alberto Gonçalves Pires

  
Tiago Manuel Lopes Carrilho dos Santos



## 2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**AQUAMAIOR - ÁGUAS DE CAMPO MAIOR, S.A.**

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

Em euros

	NOTAS	2025	2024
<b>ATIVO</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	6	73 325	63 547
Ativos intangíveis	6	1 626 617	1 762 159
Outros ativos financeiros		154	154
Ativos por impostos diferidos	7	162 347	184 991
<b>subtotal</b>		<b>1 862 443</b>	<b>2 010 851</b>
<b>Ativo corrente</b>			
Clientes	9	313 256	245 242
Adiantamentos a fornecedores	13	1 871	2 452
Estado e outros entes públicos	8	-	3 776
Outros créditos a receber	9	62 100	67 625
Diferimentos	10	2 174	2 416
Caixa e depósitos bancários	4	225 813	187 241
<b>subtotal</b>		<b>605 214</b>	<b>508 752</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>2 467 657</b>	<b>2 519 603</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
<b>Capital próprio</b>			
Capital subscrito	14	50 000	50 000
Outros instrumentos de capital próprio	14	825 000	825 000
Reservas legais	14	10 000	10 000
Resultados transitados	14	(631 798)	(513 505)
Resultado líquido do período	14	(46 056)	(118 293)
<b>Total do capital próprio</b>		<b>207 146</b>	<b>253 202</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Provisões	6	670 002	670 002
Outras dívidas a pagar	11	1 300 000	1 300 000
<b>subtotal</b>		<b>1 970 002</b>	<b>1 970 002</b>
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	13	161 409	170 702
Adiantamentos de clientes	13	7 984	8 055
Estado e outros entes públicos	8	7 849	6 169
Outras dívidas a pagar	13	113 267	111 473
<b>subtotal</b>		<b>290 509</b>	<b>296 399</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>2 260 511</b>	<b>2 266 401</b>
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>		<b>2 467 657</b>	<b>2 519 603</b>

O anexo faz parte integrante do balanço em 31 de dezembro de 2025

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração



**AQUAMAIOR - ÁGUAS DE CAMPO MAIOR, S.A.**

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

Em euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	2025	2024
Vendas e serviços prestados	15	1 403 409	1 331 045
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	16	(323 024)	(308 666)
Fornecimentos e serviços externos	17	(675 638)	(722 626)
Gastos com o pessoal	18	(165 768)	(157 304)
Imparidade de dívidas a receber ((perdas)/reversões)	9	(38 672)	(13 445)
Outros rendimentos	19	25 221	23 256
Outros gastos	20	(24 261)	(57 700)
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>201 267</b>	<b>94 560</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	21	(152 937)	(151 355)
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>48 330</b>	<b>(56 795)</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	22	128	105
Juros e gastos similares suportados	22	(69 536)	(87 616)
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>(21 078)</b>	<b>(144 306)</b>
Imposto sobre o rendimento do período	23	(24 978)	26 013
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>(46 056)</b>	<b>(118 293)</b>

O anexo faz parte integrante da demonstração de resultados por naturezas do exercício findo em 31 de dezembro de 2025

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

*Paula José Simões*

Adão Alberto Gonçalves Pinheiro

*Luís Santos*

**AQUAMAIOR - ÁGUAS DE CAMPO MAIOR, S.A.**

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA DO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

Em euros

RUBRICAS	Notas	2025	2024
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
Recebimentos de clientes		1 328 323	1 310 753
Pagamentos a fornecedores		(1 001 691)	(1 012 107)
Pagamentos ao pessoal		(166 044)	(157 037)
<b>Caixa gerada pelas operações</b>		<b>160 588</b>	<b>141 609</b>
(Pagamento)/recebimento do imposto sobre o rendimento		(1 645)	1 679
Outros recebimentos/(pagamentos)		(21 253)	29 560
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)</b>		<b>137 690</b>	<b>172 848</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(28 965)	(45 663)
Ativos intangíveis		-	-
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		-	650
Juros e rendimentos similares		128	105
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)</b>		<b>(28 837)</b>	<b>(44 908)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>			
Pagamentos respeitantes a:			
Juros e gastos similares		(70 281)	(88 916)
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)</b>		<b>(70 281)</b>	<b>(88 916)</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>		<b>38 572</b>	<b>39 024</b>
Efeito das diferenças de câmbio			
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>	<b>4</b>	<b>187 241</b>	<b>148 217</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>	<b>4</b>	<b>225 813</b>	<b>187 241</b>

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2025

O Contabilista Certificado

*Fuera José Simões*

O Conselho de Administração

*Pedro Alberto Gonçalves Pinho*

*Luís Santos*

## AQUAMAIOR - ÁGUAS DE CAMPO MAIOR, S.A

## DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Em euros

MOVIMENTOS NO PERÍODO	Nota	Capital subscrito	Outros instrumentos de capital próprio	Reserva legal	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total
Posição no início do período		50 000	825 000	10 000	(463 538)	(49 967)	371 495
Aplicação do resultado do período anterior	14				(49 967)	49 967	-
<b>Total dos aumentos/diminuições diretos no capital próprio</b>		<b>50 000</b>	<b>825 000</b>	<b>10 000</b>	<b>(513 505)</b>	<b>-</b>	<b>371 495</b>
Resultado líquido do período						(118 293)	(118 293)
<b>Posição no fim do período</b>		<b>50 000</b>	<b>825 000</b>	<b>10 000</b>	<b>(513 505)</b>	<b>(118 293)</b>	<b>253 202</b>

## DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Em euros

MOVIMENTOS NO PERÍODO	Nota	Capital subscrito	Outros instrumentos de capital próprio	Reserva legal	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total
Posição no início do período		50 000	825 000	10 000	(513 505)	(118 293)	253 202
Aplicação do resultado do período anterior	14				(118 293)	118 293	-
<b>Total dos aumentos/diminuições diretos no capital próprio</b>		<b>50 000</b>	<b>825 000</b>	<b>10 000</b>	<b>(631 798)</b>	<b>-</b>	<b>253 202</b>
Resultado líquido do período						(46 056)	(46 056)
<b>Posição no fim do período</b>		<b>50 000</b>	<b>825 000</b>	<b>10 000</b>	<b>(631 798)</b>	<b>(46 056)</b>	<b>207 146</b>

O anexo faz parte integrante da demonstração das alterações do capital próprio do exercício findo em 31 de Dezembro de 2025

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

  
  
 Aquamaior 19



### 3. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

## 1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Aquamaior - Águas de Campo Maior, S.A., (adiante designada por “Aquamaior” ou “Empresa”) é uma sociedade anónima, com sede na Rua de São João, 2A em Campo Maior, constituída em 4 de outubro de 2007, no Cartório Notarial de Lisboa, tendo iniciado a sua atividade a 1 de março de 2008, tem como objeto a Exploração e Gestão dos Sistemas de Distribuição de Água para Consumo Público e de Recolha de Efluentes do Concelho de Campo Maior, e a sua atividade inclui a construção, extensão, reparação, renovação, manutenção e melhoria de todas as instalações, infraestruturas e equipamentos que compõem os sistemas concessionados, a realização de todas as obras necessárias à execução do plano de investimentos da concessão, bem como a realização de todos os atos necessários para a prossecução da sua atividade.

## 2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal em conformidade com o Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, republicado pelo Decreto-Lei nº 98/2015, de 2 de junho e de acordo com a estrutura conceptual, Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (“NCRF”) e Normas Interpretativas (“NI”) consignadas nos avisos 8254/2015, 8256/2015 e 8258/2015, de 29 de julho de 2015, as quais, no seu conjunto, constituem o Sistema de Normalização Contabilística (“SNC”). De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações será designado genericamente por “NCRF”.

## 3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As demonstrações financeiras da Aquamaior foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidas de acordo com as NCRF em vigor à data da elaboração das demonstrações financeiras.

O Conselho de Administração procedeu à avaliação da capacidade da Empresa operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, o Conselho de Administração concluiu que a Empresa dispõe de recursos adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as

atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

### 3.1. ATIVIDADE CONCESSIONÁRIA

A Empresa exerce uma atividade que consiste na prestação de serviços de interesse económico geral, indispensável ao bem-estar das populações, ao desenvolvimento das atividades económicas e à proteção do meio ambiente. Esta atividade é desenvolvida num enquadramento de melhoria contínua da prestação dos serviços públicos de distribuição de água para consumo público e de recolha de águas residuais. A mesma é desenvolvida num contexto definido pela legislação e regulamentação em vigor, pelo disposto no contrato de concessão de serviço público celebrado com o Município, pelo prazo de 30 anos, e pelas disposições e recomendações emitidas pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR).

Como prestador de um serviço público, a empresa opera num ambiente regulado. O regulador – ERSAR – nos termos das legislações em vigor, controla entre outros aspetos, a tarifa a cobrar pelos serviços prestados. No balanceamento do interesse público com o equilíbrio económico-financeiro das empresas nos termos do contrato de concessão, o regulador pode tomar medidas com impacto negativo no *cashflow*, com todas as consequências adversas que daí resultam.

As tarifas a praticar pela empresa carecem de aprovação pelo órgão que exerce o poder concedente, mediante o parecer do regulador sobre a sua adequabilidade.

Tendo em conta a hierarquia definida na NCRF 4 – Políticas contabilísticas, alterações de estimativas contabilísticas e erros e as circunstâncias específicas dos contratos de concessão em vigor, a empresa adotou as regras internacionalmente aplicáveis às empresas que atuam em mercados com estas características (nomeadamente a IFRIC 12).

#### IFRIC 12

A concessão inclui uma infraestrutura já edificada pelo Município, a construção de novas infraestruturas, a manutenção das mesmas e a sua operação. No final do prazo, estas infraestruturas retornam ao concedente em pleno estado de utilização.

Por não deter o controlo sobre as infraestruturas, à luz do definido pela IFRIC 12 foi reconhecido, como contrapartida do valor a pagar ao Município, um ativo intangível correspondente a um direito de cobrar

aos utilizadores da infraestrutura de uso público, uma vez que o risco da procura é assumido pelo concessionário. A Empresa estabeleceu contratualmente uma obrigação de efetuar um investimento total de 4.032 milhares de Euros.

De acordo com a IFRIC 12, caso a finalidade de tal investimento seja de manter ou restaurar a infraestrutura, a obrigação contractual deve ser reconhecida e mensurada de acordo com a NCRF 21, ou seja, a melhor estimativa do valor presente do custo que será necessário para realizar a obrigação. Alterações subsequentes na mensuração da responsabilidade devem ser adicionadas ou deduzidas ao custo do ativo intangível.

Uma vez que a concessão contempla a prestação de mais do que um serviço – o de construção, modernização e renovação das infraestruturas e o de exploração e gestão da concessão, a Aquamaior reconhece o rédito e os gastos relacionados com a construção das infraestruturas concessionadas de acordo com a NCRF 19 – Contratos de Construção, o qual se materializa num direito de cobrar aos utilizadores por um serviço público, e o rédito e os gastos relacionados com a operação de acordo com a NCRF 20 – Rédito. De salientar que o direito de cobrar aos utilizadores por um serviço público não se traduz num direito incondicional de receber uma determinada quantia, porque os montantes estão condicionados ao facto de os utilizadores utilizarem o serviço.

### 3.2. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As taxas de depreciação utilizadas correspondentes aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	Vida Útil
Grupo 2 - Instalações	10 anos
Grupo 3 - Máquinas, aparelhos e ferramentas	4 a 8 anos
Grupo 4 - Material rolante ou de transporte	4 anos
Grupo 5 - Elementos diversos	3 a 8 anos



As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

### 3.3. ATIVOS INTANGÍVEIS

Nos termos do contrato de concessão, a concessionária reconhece um ativo intangível na medida em que lhe seja conferido o direito (licença) de cobrar um preço aos utentes do serviço público. Como no presente acordo de concessão a concessionária é remunerada em relação aos serviços de construção, modernização e renovação das infraestruturas com base num ativo intangível, o ativo intangível tem por base o reconhecimento dos gastos de construção, modernização e renovação das infraestruturas incorridos, na percentagem na proporção do total do investimento estabelecido com o município.

O ativo intangível é amortizado numa base linear. As amortizações são calculadas tendo por base o prazo da concessão previsto no estudo de viabilidade económico-financeira, ou seja, 30 anos.

### 3.4. IMPARIDADE DE ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

Sempre que exista algum indicador que os ativos fixos tangíveis possam estar em imparidade, é efetuada uma estimativa do seu valor recuperável a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso). Quando não é possível determinar o valor recuperável de um ativo individual, é estimado o valor recuperável da unidade geradora de caixa a que esse ativo pertence.

O valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa consiste no maior de entre: (i) o justo valor deduzido do custo para vender; e (ii) o valor do uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo ou da unidade geradora de caixa relativamente as quais as estimativas e os fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustados.

Sempre que o valor líquido contabilístico do ativo ou da unidade geradora de caixa for superior ao seu valor recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registrada de imediato na demonstração dos resultados, salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registrado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registrada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados.

A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite do montante que estaria reconhecido (líquido de amortizações) caso a perda não tivesse sido registrada.

### 3.5 IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Os impostos sobre o rendimento correspondem à soma do imposto corrente com os impostos diferidos. O imposto corrente e os impostos diferidos são registrados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registrados diretamente no capital próprio. Nestes casos, os impostos diferidos são igualmente registrados no capital próprio.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base no lucro tributável do período. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em períodos subsequentes, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis de acordo com as regras fiscais em vigor.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

São reconhecidos ativos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis, porém tal reconhecimento unicamente se verifica quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos. Em cada data de relato é efetuada uma revisão desses ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

Os ativos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estejam em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que estejam formalmente emitidas na data de relato.

A compensação entre ativos e passivos por impostos diferidos apenas é permitida quando: (i) a Empresa tem um direito legal de proceder à compensação entre tais ativos e passivos para efeitos de liquidação; (ii) tais ativos e passivos se relacionam com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal; e (iii) a Empresa tem intenção de proceder à compensação para efeitos de liquidação.

### 3.6. CAPITAL PRÓPRIO

#### Capital subscrito

Em cumprimento do disposto no art.º 272 do Código das Sociedades Comerciais (CSC) o contrato de sociedade indica o prazo para realização do capital subscrito e não realizado à data da escritura.

#### Outros instrumentos de capital próprio

Esta rubrica inclui prestações acessórias que foram efetuadas pelos acionistas, na sequência de deliberação em Assembleia Geral, e que ficaram sujeitas ao regime das prestações suplementares. De acordo com este regime, tais prestações não vencem juros (art.º 210 do CSC), não têm prazo de reembolso definido (art.º 211 do CSC) e só podem ser reembolsadas, se após o seu reembolso, o capital próprio não ficar inferior à soma do capital e da reserva legal (art.º 213 do CSC).

#### Reserva Legal

De acordo com o art.º 295 do CSC, pelo menos 5% do resultado tem de ser destinado à constituição ou reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital social. A reserva legal não é distribuível a não ser em caso de liquidação e só pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para incorporação no capital social (art.º 296 do CSC).

#### Resultados transitados

Esta rubrica inclui os resultados dos períodos anteriores, para os quais não existe uma deliberação específica sobre a sua aplicação (se lucros), ou cobertura (se prejuízos).

#### Resultado líquido do período

Esta rubrica inclui os ganhos e perdas reconhecidos no período.

### 3.7. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os ativos financeiros e os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas de imparidade acumuladas, quando sejam à vista ou tenham maturidade definida, tenham associado um retorno fixo ou determinável, e não sejam ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

O custo amortizado corresponde à quantia pela qual um ativo financeiro ou passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, menos os reembolsos de capital, mais ou menos a amortização cumulativa, usando o método da taxa de juro efetiva, de qualquer diferença entre essa quantia inicial e a quantia na maturidade. A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro.

Os ativos e passivos financeiros ao custo amortizado incluem:

- Clientes;
- Outros créditos a receber;
- Diferimentos;
- Fornecedores;
- Adiantamentos de clientes; e
- Outras dívidas a pagar.

#### Caixa e equivalentes a caixa

A rubrica de caixa e seus equivalentes inclui os valores de caixa, depósitos à ordem e descobertos bancários, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

#### Imparidade de ativos financeiros

Os ativos financeiros classificados na categoria “ao custo amortizado” são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados negativamente.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e o valor presente dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respetiva taxa de juro efetiva original.

As perdas por imparidade são registadas em resultados no período em que são determinadas. Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados.

**Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros**

A Empresa desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram, ou quando transfere para outra entidade os ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos. São desreconhecidos os ativos financeiros transferidos relativamente aos quais a Empresa reteve alguns riscos e benefícios significativos, desde que o controlo sobre os mesmos tenha sido cedido.

A Empresa desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

**3.8. RÉDITO**

Os rendimentos decorrentes de vendas são reconhecidos na demonstração dos resultados quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador e o montante dos rendimentos possa ser razoavelmente quantificado. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros gastos inerentes, pelo seu justo valor do montante a receber.

Os rendimentos resultantes das prestações de serviços são reconhecidos na demonstração dos resultados em função do grau de execução do serviço, ou no caso dos contratos de manutenção no período de vigência dos contratos. As prestações de serviços são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros gastos inerentes, pelo justo valor do montante a receber.

### 3.9 ESPECIALIZAÇÃO DOS PERÍODOS

Os gastos e rendimentos são reconhecidos no período a que dizem respeito, de acordo com o princípio da especialização dos períodos, independentemente do momento em que as transações são faturadas.

Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Os gastos e rendimentos imputáveis ao período corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em períodos futuros, bem como as despesas e receitas que já ocorreram, mas que respeitam a períodos futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses períodos, pelo valor que lhes corresponde, são registados nas rubricas de diferimentos.

### 3.10. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

#### Provisões

São reconhecidas provisões apenas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra um exfluxo económico e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletirem a melhor estimativa a essa data.

#### Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota.

#### Ativos contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.



### 3.11 ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

### 3.12 GESTÃO DO RISCO

O risco financeiro ao qual se encontra exposta a empresa é pouco diverso, envolvendo apenas taxas de juro e crédito concedido.

Os empréstimos bancários vencem juros indexados a taxas de referência de curto prazo (entre 1 a 6 meses) e como tal as suas variações contribuem para afetar os resultados.

O risco de crédito é muito limitado uma vez que os principais clientes são entidades de baixo risco, não se justificando economicamente a constituição de seguro de crédito.

### 3.13 JUÍZOS DE VALOR CRÍTICOS E PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZA ASSOCIADAS A ESTIMATIVAS

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam o valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como os rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

- Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis;
- Imparidade de créditos a receber;
- Acréscimos de rendimentos e gastos.

#### 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O detalhe de caixa e seus equivalentes constantes das demonstrações dos fluxos de caixa do período findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 era:

	Ano 2025	Ano 2024
Caixa	1 500	1 500
Depósitos à ordem		
Banco Santander Totta	18 695	47 889
Bankinter	182 931	98 833
Caixa Geral de Depósitos	22 687	39 019
<b>Total</b>	<b>225 813</b>	<b>187 241</b>

#### 5. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não ocorreram quaisquer alterações de políticas contabilísticas ou alterações significativas de estimativas, nem foram identificados erros que deveriam ter sido corrigidos.

## 6. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o movimento ocorrido no valor dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

ATIVO BRUTO TANGÍVEL	Saldo em 31.12.2024	Aumentos	Abates e Alienações	Saldo em 31.12.2025
Ativos fixos tangíveis				
Equipamento básico	138 349	27 715	-	166 064
Equipamento de transporte	38 762	1 250	(2 000)	38 012
Equipamento administrativo	19 842	-	-	19 842
<b>Total</b>	<b>196 953</b>	<b>28 965</b>	<b>(2 000)</b>	<b>223 918</b>

AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	Saldo em 31.12.2024	Aumentos (Nota 21)	Abates e Alienações	Saldo em 31.12.2025
Ativos fixos tangíveis				
Equipamento básico	103 441	8 163	-	111 604
Equipamento de transporte	10 123	9 232	(208)	19 147
Equipamento administrativo	19 842	-	-	19 842
<b>Total</b>	<b>133 406</b>	<b>17 395</b>	<b>(208)</b>	<b>150 593</b>
<b>Saldo líquido</b>	<b>63 547</b>	<b>11 570</b>	<b>(1 792)</b>	<b>73 325</b>

ATIVO BRUTO TANGÍVEL	Saldo em 31.12.2023	Aumentos	Abates e Alienações	Saldo em 31.12.2024
Ativos fixos tangíveis				
Equipamento básico	138 349	-	-	138 349
Equipamento de transporte	38 962	2 000	(2 200)	38 762
Equipamento administrativo	19 842	-	-	19 842
<b>Total</b>	<b>197 153</b>	<b>2 000</b>	<b>(2 200)</b>	<b>196 953</b>

AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	Saldo em 31.12.2023	Aumentos (Nota 21)	Abates e Alienações	Saldo em 31.12.2024
Ativos fixos tangíveis				
Equipamento básico	96 985	6 456	-	103 441
Equipamento de transporte	2 966	9 357	(2 200)	10 123
Equipamento administrativo	19 842	-	-	19 842
<b>Total</b>	<b>119 793</b>	<b>15 813</b>	<b>(2 200)</b>	<b>133 406</b>
<b>Saldo líquido</b>	<b>77 360</b>	<b>(13 813)</b>	<b>-</b>	<b>63 547</b>

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o movimento ocorrido no valor dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

ATIVO BRUTO INTANGÍVEL	Saldo em 31.12.2024	Aumentos	Saldo em 31.12.2025
Ativos intangíveis			
em Firme	4 034 402	-	4 034 402
<b>Total</b>	<b>4 034 402</b>	<b>-</b>	<b>4 034 402</b>
AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	Saldo em 31.12.2024	Aumentos (Nota 21)	Saldo em 31.12.2025
Ativos intangíveis			
em Firme	2 272 243	135 542	2 407 785
<b>Total</b>	<b>2 272 243</b>	<b>135 542</b>	<b>2 407 785</b>
<b>Saldo líquido</b>	<b>1 762 159</b>	<b>(135 542)</b>	<b>1 626 617</b>

ATIVO BRUTO INTANGÍVEL	Saldo em 31.12.2023	Aumentos	Saldo em 31.12.2024
Ativos intangíveis			
em Firme	4 034 402	-	4 034 402
<b>Total</b>	<b>4 034 402</b>	<b>-</b>	<b>4 034 402</b>
AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	Saldo em 31.12.2023	Aumentos (Nota 21)	Saldo em 31.12.2024
Ativos intangíveis			
em Firme	2 136 701	135 542	2 272 243
<b>Total</b>	<b>2 136 701</b>	<b>135 542</b>	<b>2 272 243</b>
<b>Saldo líquido</b>	<b>1 897 701</b>	<b>(135 542)</b>	<b>1 762 159</b>

### Provisões

As provisões registadas são referentes ao montante do investimento que, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, se encontra em falta por efetuar face ao valor total do investimento inicialmente previsto e contratualizado, 4.031.822 Euros, no âmbito da concessão (corresponde a uma obrigação contratual, reconhecida em contrapartida de ativos intangíveis).

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o movimento ocorrido no valor das provisões, foi o seguinte:

	Ano 2025	Ano 2024
Saldo inicial	670 002	670 002
Aumentos	-	-
Diminuições	-	-
<b>Saldo final</b>	<b>670 002</b>	<b>670 002</b>

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 o Plano de Investimento já executado ascende a 3.361.820 Euros.

## 7. IMPOSTOS DIFERIDOS

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o movimento ocorrido nos ativos por impostos diferidos foi conforme segue:

	Ano 2025	Ano 2024
	Ativos por impostos diferidos	Ativos por impostos diferidos
<b>Saldo inicial</b>	<b>184 991</b>	<b>157 258</b>
Efeitos na demonstração de resultados		
Aumento/(Redução) não aceites para efeitos fiscais (Nota 23)	(22 644)	27 733
<b>Total dos efeitos na demonstração de resultados</b>	<b>(22 644)</b>	<b>27 733</b>
<b>Saldo final</b>	<b>162 347</b>	<b>184 991</b>

A taxa de imposto utilizada para a valorização das diferenças tributárias à data do período findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 foi de 19% e 20%, respetivamente, acrescida de derrama municipal quando seja aplicável.

Os ativos por impostos diferidos respeitam a diferenças de critério contabilístico e fiscal na amortização de ativos intangíveis e perdas por imparidade de clientes.

## 8. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica de “Estado e outros entes públicos” apresentava a seguinte composição:

	Ano 2025	Ano 2024
<b>Ativo</b>		
Pagamento por conta e estimativa de imposto do período (Nota 23)	-	-
Imposto sobre o o valor acrescentado (IVA)	-	3 776
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>3 776</b>
<b>Passivo</b>		
Impostos sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas		
Pagamento por conta e estimativa de imposto do período (Nota 23)	2 301	1 677
Imposto sobre o valor acrescentado	1 644	-
Retenção de impostos sobre o rendimento	775	1 405
Contribuições para a segurança social / CGA	3 129	3 087
<b>Total</b>	<b>7 849</b>	<b>6 169</b>



## 9. CLIENTES E OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica de “Clientes” apresentava o seguinte detalhe:

	Ano 2025	Ano 2024
Clientes		
Clientes C/C	415 317	308 631
Perdas por Imparidade Acumuladas	(102 061)	(63 389)
<b>Total</b>	<b>313 256</b>	<b>245 242</b>

### Perdas por imparidade:

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o movimento ocorrido nas perdas por imparidades acumuladas de créditos a receber foi como segue:

	Ano 2025	Ano 2024
Saldo inicial	(63 389)	(49 944)
Reforço	(38 672)	(40 520)
Reversão	-	27 075
<b>Saldo final</b>	<b>(102 061)</b>	<b>(63 389)</b>
<b>Variação Ano</b>	<b>(38 672)</b>	<b>(13 445)</b>

### Outros créditos a receber:

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica de “Outros créditos a receber” apresentava o seguinte detalhe:

	Ano 2025	Ano 2024
Devedores por acréscimos de rendimentos		
Estimativa de produção pendente de faturação	62 100	67 625
<b>Total</b>	<b>62 100</b>	<b>67 625</b>

O valor da rubrica estimativa de produção pendente de faturação corresponde à especialização na parte de receitas, que respeitam ao desfaseamento temporal, entre a faturação e a contagem real dos consumos efetuados no mês de dezembro.

### Adiantamento a fornecedores:

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica de “Adiantamento a fornecedores” apresentava o seguinte detalhe:

	Ano 2025	Ano 2024
Adiantamentos a fornecedores	1 871	2 452
<b>Total</b>	<b>1 871</b>	<b>2 452</b>

## 10. DIFERIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica de “Diferimentos” apresentava o seguinte detalhe:

	Ano 2025	Ano 2024
Diferimentos		
Gastos a reconhecer	2 174	2 416
<b>Total</b>	<b>2 174</b>	<b>2 416</b>

## 11. PARTES RELACIONADAS

A sociedade faz parte do grupo FCC, através da participação de 100% da empresa FCC Aqualia, S.A. As contas da sociedade são incluídas na consolidação de contas do respetivo grupo.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Empresa apresenta os seguintes saldos com partes relacionadas:

SALDOS	Ano 2025			Ano 2024		
	Fornecedores (Nota 13)	Outras dívidas a pagar - Não corrente	Outras dívidas a pagar - Corrente (Nota 13)	Fornecedores (Nota 13)	Outras dívidas a pagar - Não corrente	Outras dívidas a pagar - Corrente (Nota 13)
FCC Aqualia, S.A. - Sucursal em Portugal	10 329	-	-	16 530	-	-
FCC Aqualia, S.A. (Delegação de Madrid)	9 104	1 300 000	5 448	9 104	1 300 000	7 192
Hidrotec Tecnología del Agua, S.L.	13 063	-	-	18 782	-	-
<b>Total</b>	<b>32 496</b>	<b>1 300 000</b>	<b>5 448</b>	<b>44 416</b>	<b>1 300 000</b>	<b>7 192</b>

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os valores apresentados na rubrica de “Outras dívidas a pagar – não corrente” nos montantes de 1.300.000 Euros, dizem respeito a um empréstimo não corrente da casa-mãe, com vencimento anual a 31 de janeiro de cada ano e renovações sucessivas.

A renovação do contrato ocorre caso não haja comunicação prévia do acionista, com pelo menos, 45 dias de antecedência. Este financiamento está neste momento negociado à taxa de juro de 3% acrescido de Euribor a 3 meses. Até 31 de dezembro de 2025, o acionista não manifestou a intenção de não renovação deste contrato, razão pela qual se encontra registado como passivo não corrente.

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Empresa efetuou as seguintes transações com partes relacionadas:

TRANSAÇÕES	Ano 2025			Ano 2024		
	Fornecimentos e serviços externos (Nota 17)	Juros e gastos similares suportados (Nota 22)	Outros rendimentos (Nota 19)	Fornecimentos e serviços externos (Nota 17)	Juros e gastos similares suportados (Nota 22)	Outros rendimentos (Nota 15)
FCC Aqualia, S.A. - Sucursal em Portugal	148 576	-	-	173 574	-	-
Aquaervas - Águas de Elvas S.A.	-	-	22 320	-	-	21 045
FCC Aqualia, S.A. (Delegação de Madrid)	8 105	69 515	-	10 102	87 616	-
Hidrotec Tecnología del Agua, S.L.	25 840	-	-	23 283	-	-
<b>Total</b>	<b>182 521</b>	<b>69 515</b>	<b>22 320</b>	<b>206 959</b>	<b>87 616</b>	<b>21 045</b>

## 12. FINANCIAMENTOS

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica de “Financiamentos” apresentava o seguinte detalhe:

	Ano 2025	Ano 2024
Outras dívidas a pagar (não corrente)		
FCC Aqualia, S.A.	1 300 000	1 300 000
<b>Total</b>	<b>1 300 000</b>	<b>1 300 000</b>

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Empresa registava um empréstimo à FCC Aqualia no montante de 1.300.000 Euros.

Ambos os empréstimos vencem juros à taxa Euribor a 3 meses acrescida de um spread de 3%. A maturidade total do empréstimo ocorre em janeiro de cada ano, com renovação automática por períodos iguais se nenhuma das partes se opuserem com uma antecedência de um mês.



### 13. FORNECEDORES E OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR E ADIANTAMENTOS A CLIENTES

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, as rubricas de “Fornecedores”, de “Outras dívidas a pagar” e de “Adiantamentos a clientes” apresentavam a seguinte composição:

	Ano 2025	Ano 2024
Fornecedores		
Partes relacionadas (Nota 11)	32 496	44 416
Fornecedores c/c	128 913	126 286
<b>Total</b>	<b>161 409</b>	<b>170 702</b>

	Ano 2025	Ano 2024
Passivo corrente		
Outras dívidas a pagar		
Pessoal	18 635	18 977
Fornecedores de investimentos	-	-
Credores por acréscimos de gastos:		
Outros Credores Diversos	64 820	62 449
Outros	24 364	22 855
Partes relacionadas (nota 11)	5 448	7 192
<b>Total</b>	<b>113 267</b>	<b>111 473</b>

	Ano 2025	Ano 2024
Adiantamentos de clientes	7 984	8 055
<b>Total</b>	<b>7 984</b>	<b>8 055</b>

### 14. CAPITAL PRÓPRIO

#### Capital

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o capital, totalmente subscrito e realizado, era composto por 5.000 ações com o valor nominal de 10,00 Euro cada.

#### Reserva Legal

De acordo com a legislação em vigor, uma percentagem não inferior a 5% dos lucros líquidos de cada período, deverá ser transferida para a reserva legal, até que esta atinja 20% do capital. Esta reserva só pode ser utilizada para aumentar o capital ou para cobertura de prejuízos da empresa, depois de esgotadas todas as outras reservas.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Reserva Legal encontra-se totalmente realizada e ascende a 10.000 Euros.

### Aplicação de resultados

De acordo com a deliberação da Assembleia Geral realizada em 26 de maio de 2025, o resultado líquido do período findo em 31 de dezembro de 2024, no montante de 118.293,33 Euros negativos, foi integralmente transferido para a rubrica de resultados transitados.

De acordo com a deliberação da Assembleia Geral realizada em 27 de junho de 2024, o resultado líquido do período findo em 31 de dezembro de 2023, no montante de 49.967,43 Euros negativos, foi integralmente transferido para a rubrica de resultados transitados.

## 15. VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica “Vendas e prestações de serviços” apresentava o seguinte detalhe:

	Ano 2025	Ano 2024
Vendas	1 377 952	1 313 937
Serviços prestados	25 457	17 108
<b>Total</b>	<b>1 403 409</b>	<b>1 331 045</b>

As tarifas de água e saneamento doméstico relativos aos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, são conforme se apresenta:

Doméstico por escalão	Abastecimento de água		Saneamento de águas residuais	
	2025	2024	2025	2024
	Preço unitário (€/m <sup>3</sup> )	Preço unitário (€/m <sup>3</sup> )	Preço unitário (€/m <sup>3</sup> )	Preço unitário (€/m <sup>3</sup> )
de 0 a 5 m <sup>3</sup>	0,06121	0,6001	0,055089	0,54009
de 5 a 15 m <sup>3</sup>	1,1415	1,1191	1,02735	1,00719
de 15 a 25 m <sup>3</sup>	3,2403	3,1768	2,91627	2,85912
superior a 25 m <sup>3</sup>	6,4809	6,3538	5,83281	5,71842

De referir que os valores apresentados podem ser diferentes em função do agregado familiar, bem como da condição social do cliente. Existem também tabelas específicas para o fornecimento não doméstico.

Os valores de tarifários apresentados acima foram publicados em Edital pela Câmara Municipal de Campo Maior e encontram-se disponíveis para consulta no *site* da Empresa.



## 16. CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica “Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas” é detalhada como se segue:

	Ano 2025	Ano 2024
Matérias-primas		
Compras	323 024	308 666
<b>Total</b>	<b>323 024</b>	<b>308 666</b>

## 17. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica “Fornecimentos e serviços externos” é detalhada como se segue:

	Ano 2025	Ano 2024
Serviços especializados	574 927	599 163
Energia e fluidos	16 111	19 810
Materiais	12 154	27 743
Deslocações, estadas e transportes	2 252	8 535
Serviços diversos	70 194	67 375
<b>Total</b>	<b>675 638</b>	<b>722 626</b>

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os gastos incorridos com partes relacionadas foram de 182.521 Euros e 206.959 Euros, respetivamente (Nota 11).

## 18. GASTOS COM O PESSOAL

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica “Gastos com o Pessoal” é detalhada como se segue:

	Ano 2025	Ano 2024
Remunerações	131 254	123 646
Encargos sociais	28 211	26 504
Seguros de acidentes de trabalho	2 329	2 187
Outros gastos com o pessoal	3 974	4 967
<b>Total</b>	<b>165 768</b>	<b>157 304</b>

O número médio de colaboradores ao serviço da Empresa, nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, foi de 8 colaboradores e 7 colaboradores, respetivamente.

## 19. OUTROS RENDIMENTOS

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica “Outros rendimentos” é detalhada como se segue:

	Ano 2025	Ano 2024
Outros não especificados	25 221	23 256
<b>Total</b>	<b>25 221</b>	<b>23 256</b>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os gastos incorridos na rubrica de “Outros rendimentos” com partes relacionadas foram de 22.320 Euros e 21.045 (Nota 11).

## 20. OUTROS GASTOS

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica “Outros gastos” apresentava a seguinte composição:

	Ano 2025	Ano 2024
Dívidas incobráveis (Nota 23)	24	34 576
Impostos e taxas	22 142	22 361
Menos valia ativo fixo tangível (Nota 6)	1 792	-
Outros gastos	303	763
<b>Total</b>	<b>24 261</b>	<b>57 700</b>

## 21. GASTOS DE DEPRECIÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o detalhe da rubrica de “Gastos de depreciação e de amortização” era o seguinte:

	Ano 2025	Ano 2024
Ativos fixos tangíveis (Nota 6)	17 395	15 813
Ativos intangíveis (Nota 6)	135 542	135 542
<b>Total</b>	<b>152 937</b>	<b>151 355</b>

## 22. JUROS OBTIDOS E GASTOS SIMILARES SUPOSTADOS

A rubrica “Juros e gastos similares suportados” apresenta no período findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a seguinte composição:

	Ano 2025	Ano 2024
Juros obtidos		
Juros e rendimentos similares obtidos	128	105
<b>Total</b>	<b>128</b>	<b>105</b>
Juros suportados		
Juros de financiamentos obtidos	69 536	87 616
<b>Total</b>	<b>69 536</b>	<b>87 616</b>
<b>Resultados financeiros</b>	<b>(69 408)</b>	<b>(87 511)</b>

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, esta rubrica inclui transações com partes relacionadas nos montantes de 69.515 Euros e 87.616 Euros, respetivamente (Nota 11).

## 23. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (“IRC”) à taxa de 20%, nos termos do artigo 87º do Código do IRC, que pode ser incrementado pela derrama até à taxa máxima de 1,5% do lucro tributável dependendo do município onde opera. No Município de Campo Maior, a derrama é de 1,5%, resultando numa taxa de imposto agregada máxima de 21,5%.

Para o período de 2025, os referidos lucros tributáveis são sujeitos a derrama estadual conforme segue:

- 3% para lucros tributáveis entre 1.500.000 Euros e 7.500.000 Euros;
- 5% para lucros tributáveis entre 7.500.000 Euros e 35.000.000 Euros;
- 9% para lucros tributáveis superiores a 35.000.000 Euros.

Nos termos do artigo 88º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, a Empresa encontra-se ainda sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos

são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais dos anos de 2022 a 2025 poderão ainda vir a ser sujeitas a revisão.

O Conselho de Administração entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

Os gastos com impostos sobre o rendimento em 31 de dezembro de 2025 e 2024 são detalhados conforme segue:

	Ano 2025	Ano 2024
Resultado antes de impostos	(21 078)	(144 306)
Amortização de investimentos reversíveis não aceites	135 370	135 370
Diferença entre mais valia fiscal e contabilística	-	325
Imparidade não aceite	29 004	30 390
Créditos incobráveis (Nota 20)	24	34 576
Amortização de investimentos reversíveis aceites	(125 617)	(125 617)
Reversão imparidade (Nota 9)	-	(27 075)
Juros acima do limite fiscal	16 808	-
Outros	50	-
<b>Lucro tributável</b>	<b>34 561</b>	<b>(96 337)</b>
<b>Matéria coletável</b>	<b>34 561</b>	<b>(96 337)</b>
<b>Prejuízos fiscais dedutíveis</b>	<b>22 464</b>	
Coleta	1 512	-
Derrama	519	-
Tributações autónomas	303	1 720
<b>Imposto corrente do exercício</b>	<b>2 334</b>	<b>1 720</b>
Pagamento por conta (Nota 8)	-	-
<b>Total IRC a pagar/(recuperar)</b>	<b>2 334</b>	<b>1 720</b>
<b>Imposto corrente do exercício</b>	<b>2 334</b>	<b>1 720</b>
Imposto diferido ativo (Nota 7)	22 644	(27 733)
<b>Total Imposto sobre o rendimento do período</b>	<b>24 978</b>	<b>(26 013)</b>

<i>Resultado antes do impacto do imposto diferido ativo</i>	(21 078)	(144 306)
<i>Imposto diferido ativo (2741/ 8122)</i>	(22 644)	27 733
<i>Imposto do período com impacto do imposto diferido ativo no resultado</i>	(24 978)	26 013
<i>Resultado após impacto do imposto diferido ativo</i>	(46 056)	(118 293)

As diferenças temporárias relativas a amortizações de investimentos reversíveis correspondem à diferença existente entre as amortizações contabilísticas do ativo intangível (pelo período da concessão) e as amortizações aceites para efeitos fiscais.

## 24. ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

É convicção da Administração, apoiado pelo departamento jurídico, de que a Empresa não tem obrigações que levem a incorrer em gastos relativos a compensação por extinção de posto de trabalho no final da concessão. Esta opinião é baseada em Acórdãos existentes, bem como na Diretiva da UE 2001/23/CE, do Conselho, de 12 de março de 2001, que teve como objetivo a aproximação das legislações dos Estados Membros respeitantes à manutenção dos direitos dos trabalhadores em caso de transferência de empresas ou de estabelecimentos, ou de partes de empresas ou de estabelecimentos, e que veio consagrar, expressamente, a possibilidade de transferência dos contratos de trabalho em casos de transmissão ou de reversão de uma unidade económica do setor privado para o setor público, e vice-versa.

## 25. MÚTUOS E GARANTIAS

### Continuidade das operações

#### *Risco de liquidez:*

Este risco tem origem nos desfasamentos temporais entre os recursos gerados pela atividade e as necessidades de fundos para corresponder ao pagamento das dívidas, circulante, etc.

Em 31 de dezembro de 2025, a Empresa tinha em Caixa e Equivalentes o montante de 225.813 Euros tendo gerado um fluxo de caixa das atividades operacionais de 137.690 Euros. A empresa não apresenta dívidas a instituições financeiras.

Os Administradores da Aquamaior elaboraram o presente Relatório e apresentam estas Contas Anuais com base na aplicação do princípio da continuidade das operações, uma vez que não têm dúvidas quanto à capacidade da empresa e do Grupo FCC em gerar recursos das suas operações.

Os principais objetivos do Plano Estratégico em que a empresa e o Grupo estão empenhados são os seguintes:

- Melhorar substancialmente a rentabilidade das atividades desenvolvidas pelo Grupo;
- Reduzir a dívida financeira líquida, através do desinvestimento em negócios não estratégicos;
- Localizar o investimento nos negócios que oferecem um maior retorno e possibilidades de desenvolvimento, quer diretamente quer através de sócios financeiros;
- Adequar a estrutura organizacional e os sistemas de gestão a este novo cenário.

Todos estes fatores, juntamente com as diretrizes estratégicas implementadas e anteriormente referidas devem contribuir para uma melhoria significativa do resultado bruto de exploração do Grupo onde a Empresa está inserida, uma melhor gestão do capital corrente e dos riscos associados à sua expansão internacional e para a diminuição do seu endividamento financeiro líquido. O objetivo proposto no referido Plano Estratégico é aumentar a margem bruta de exploração assim como reduzir o endividamento financeiro líquido do Grupo para níveis que se consideram adequados e de acordo com as características e recorrência de grande parte dos negócios do Grupo.

## 26. LOCAÇÕES

### Locações operacionais

Foram celebrados contratos de *renting* de viaturas pela empresa, os mesmos foram celebrados por um período inicial de 36 meses, sendo possível renegociar o prazo da vigência dos contratos, contudo não está estabelecido a aquisição dos veículos no termino do contrato.

Os compromissos assumidos pela Empresa, bem como os gastos incorridos em relativamente aos contratos existentes em 2024, são conforme segue:

Ano	Ano 2023
2024	4 252
<b>TOTAL</b>	<b>4 252</b>

Gasto ano	Ano 2024
<i>Renting</i> viaturas	1 585
<b>TOTAL</b>	<b>1 585</b>

No decorrer do exercício de 2024, os contratos de locações terminaram, não tendo a empresa recorrido a novos contratos desta natureza.

### O CONTABILISTA CERTIFICADO

*Fuera José Simões*

### O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Alberto Gonçalves Pinus

Diogo Santos

Aquamaior 45



## 4. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

## Certificação Legal das Contas

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de Aquamaior - Águas de Campo Maior, S.A. (a Entidade), que compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2025 (que evidencia um total de 2.467.657 euros e um total de capital próprio de 207.146 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 46.056 euros), a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa relativas ao ano findo naquela data, e o Anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de Aquamaior - Águas de Campo Maior, S.A. em 31 de dezembro de 2025 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

#### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- ▶ preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- ▶ elaboração do Relatório de Gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- ▶ criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- ▶ adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- ▶ avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

#### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- ▶ identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- ▶ obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- ▶ avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- ▶ concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- ▶ avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- ▶ comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.

## RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

### Sobre o Relatório de Gestão

Dando cumprimento ao artigo 451, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório de Gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 29 de maio de 2026

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas  
Representada por:

Assinado por: **PAULO JORGE LUÍS DA SILVA**  
Num. de Identificação: 09457598  
Data: 2026.05.29 14:58:14+01'00'

Paulo Jorge Luís da Silva- ROC nº 1334  
Registado na CMVM com o nº 20160944

## Relatório e Parecer do Fiscal Único

Senhores Acionistas,

Em cumprimento do disposto no artigo 420 al. g) do Código das Sociedades Comerciais, compete-nos emitir o relatório anual sobre a nossa ação fiscalizadora e dar parecer sobre o Relatório de Gestão, as Demonstrações Financeiras e a proposta de aplicação de resultados apresentados pelo Conselho de Administração de Aquamaior - Águas de Campo Maior, S.A. (a Entidade), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

No decurso do exercício, acompanhámos a atividade da Entidade tendo efetuado os seguintes procedimentos:

- ▶ Verificámos, com a extensão considerada necessária, os registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte;
- ▶ Verificámos, quando julgámos conveniente, da forma que julgámos adequada e na extensão considerada apropriada, a existência de bens ou valores pertencentes à Entidade ou por ela recebidos em garantia, depósito ou outro título;
- ▶ Verificámos a adequacidade dos documentos de prestação de contas;
- ▶ Verificámos que as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados nas contas conduzem a uma adequada apresentação do património e dos resultados da Entidade;
- ▶ Estivemos disponíveis para receber as comunicações de irregularidades apresentadas por/provenientes dos acionistas, colaboradores da Entidade e outros;
- ▶ Confirmámos que o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo, satisfazem os requisitos legais aplicáveis e refletem a posição dos registos contabilísticos no final do exercício;
- ▶ Averiguámos da observância pelo cumprimento da lei e do contrato de sociedade; e
- ▶ Cumprimos as demais atribuições constantes da lei e do contrato de sociedade.

No decurso dos nossos atos de verificação e validação que efetuámos com vista ao cumprimento das nossas obrigações de fiscalização, obtivemos do Conselho de Administração e dos Serviços as provas e os esclarecimentos que consideramos necessários.

No âmbito do trabalho de revisão legal de contas que efetuámos, foi emitida, nesta data, a correspondente Certificação Legal das Contas sem reservas e sem ênfases.

Face ao exposto decidimos emitir o seguinte parecer:

## Parecer do Fiscal Único

Senhores Acionistas,

Procedemos à ação de fiscalização de Aquamaior - Águas de Campo Maior, S.A. nos termos do artigo 420 do Código das Sociedades Comerciais, em resultado da qual somos de parecer que:

- (a) A proposta de aplicação de resultados constante do Relatório de Gestão do exercício de 2025 cumpre com os requisitos relativos à constituição da reserva legal e com os limites de distribuição de lucros aos acionistas previstos no Código das Sociedades Comerciais;
- (b) O Relatório de Gestão do exercício de 2025 satisfaz os requisitos previstos no Código das Sociedades Comerciais; e
- (c) O Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo do exercício de 2025, satisfazem os requisitos legais e contabilísticos aplicáveis.

Lisboa, 29 de maio de 2026

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas  
Representada por:

Assinado por: **PAULO JORGE LUÍS DA SILVA**  
Num. de Identificação: 09457598  
Data: 2026.05.29 14:58:33+01'00'

Paulo Jorge Luís da Silva- ROC nº 1334  
Registado na CMVM com o nº 20160944